

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



ISSN 1981-2566

O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: A LUTA DE INDÍGENAS E ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR

Iolete Ribeiro da Silva – Proponente, UFAM, Agência financiadora: CNPq

ioleteribeiro@ufam.edu.br

Raianne de Souza Rodrigues, UFAM, Agência financiadora: CNPq

raiannepsi@gmail.com

Herbert Santana Garcia de Oliveira, UFAM, Agência financiadora: CNPq

hsgol@hotmail.com

Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, UFAM, Agência financiadora: CNPq

valeriaweigel@ufam.edu.br

Apesar dos avanços na legislação brasileira que estabelecem a educação como um direito, esta não tem sido garantida a todos. Os sistemas de ensino não têm garantido a universalização do acesso e os investimentos necessários em recursos humanos, pedagógicos e técnicos para promover a permanência. O ônus da falta de qualidade da política educacional tem recaído exclusivamente sobre os trabalhadores do ensino. Essa realidade aponta a necessidade de intensificar esforços para produzir transformações no sentido da defesa de uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referência aqueles que têm sido historicamente excluídos dos sistemas de ensino.

Esta pesquisa aborda esse tema por entendermos que existem muitos alunos ‘invisíveis’ para a escola e que essa invisibilidade é produzida por diferentes processos de exclusão relacionados à disputa desigual pelo poder entre classes. A fim de contribuir para a construção de uma educação que atenda, na singularidade humana, a pluralidade cultural, principalmente no contexto amazônico, cujos processos de desigualdade social vêm se alastrando, o grupo de pesquisa Psicologia Escolar/Educacional em contextos amazônico vem realizando algumas investigações. Serão apresentadas nesse artigo resultados parciais de três pesquisas, desse grupo, que abordam o tema do acesso à educação numa perspectiva sociocultural construtivista.

Os três estudos investigam os fatores determinantes para a construção de ambientes educacionais inclusivos no contexto amazônico. O primeiro trabalho analisa

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



a inserção de estudantes de origem popular no ensino superior público, discutindo o que é ser de origem popular, identificando características socioeconômicas e socioculturais e impactos do programa conexões de saberes na formação acadêmica desses estudantes. O Segundo estudo analisa os significados atribuídos à educação por uma comunidade escolar e investiga como a escola trata os alunos vulneráveis à situação de desvantagem. No terceiro estudo discute-se o processo de mobilidade dos jovens Tukano do Alto Rio Negro para Manaus em busca por educação escolar.

Todos esses trabalhos possibilitaram refletir sobre a inclusão educacional de alunos em situação de desvantagem e podem contribuir para pensar os compromissos sociais da psicologia escolar com a melhoria da qualidade de vida de comunidades amazônicas.

INSERÇÃO DE ALUNOS DE ORIGEM POPULAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Essa pesquisa enfocou o tema da democratização do ensino superior e do acesso e permanência do estudante de origem popular no âmbito universitário com o objetivo de compreender como os estudantes do Programa Conexões de Saberes da Universidade Federal do Amazonas encontravam-se inseridos no contexto acadêmico.

O Programa Conexões de Saberes (PCS): diálogos entre a universidade e as comunidades populares foi instituído pelo Ministério da Educação e Cultura, em 2004, articulado a algumas Instituições Federais de Ensino Superior. Surgiu a partir de experiências no Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. A Universidade Federal do Amazonas passou a integrar o programa em junho de 2005. O PCS objetiva ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, suas instituições e organizações, promovendo o encontro e a articulação de saberes e fazeres entre esses dois territórios, bem como valorizando o protagonismo dos estudantes universitários de origem popular de forma a contribuir para o acesso e permanência no ensino superior público.

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



A designação origem popular de acordo com Souza e Silva (2003) se remete a populações em condições socioculturais subordinadas, com reduzida escolaridade e baixa renda familiar, além da existência de altos índices de desemprego e diversos trabalhadores no mercado informal. É um modo particular de vida imbuído de privações na área de infra-estrutura, no saneamento, transportes, educação, saúde, segurança. Nessa definição, destaca-se a questão da posição social de uma pessoa demarcada a partir de uma perspectiva relacional assimétrica no plano estrutural da sociedade burguesa, na qual se leva em conta o campo social no qual se insere.

A universidade tem o papel de ensinar, formar, produzir conhecimentos com o compromisso de contribuir com a transformação da sociedade através da troca e da construção de saberes que atenuam o distanciamento existente entre a academia e os espaços populares (Belloni, 1992). Nessa perspectiva, Gomes (2006) reconhece que a universidade pública tem o dever de reduzir os efeitos antidemocráticos dos processos de seleção e de exclusão impostos aos segmentos sociais discriminados.

Na tentativa de atenuar as desigualdades de acesso e permanência ao ensino superior tem se discutido a necessidade de implementação de políticas afirmativas empregadas às “minorias”. De acordo com Moehlecke (2002) as ações afirmativas penetram no sistema educacional na prerrogativa de amenizar as desigualdades que no decorrer da história foram tomando força e estabelecendo discriminação e marginalização, motivadas por questões raciais, étnicas, econômicas, entre outras. Seu principal objetivo é assegurar igualdade de oportunidades e tratamento. Além disso, a execução de uma proposta de política afirmativa nos coloca no cerne da luta pela construção da equidade de acesso a bens como uma forma de concretização da igualdade formal, preconizada na lei.

Esse estudo buscou, então, contribuir para um mapeamento do perfil dos participantes do PCS da UFAM no final de 2007 e início de 2008. A coleta de dados se deu através da realização de uma entrevista semi-estruturada que levantou dados sobre o perfil do estudante quanto a idade, gênero, renda dos pais, trajetória escolar, local de moradia, motivação para a escolha do curso e sua inserção na vida acadêmica.

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Foram entrevistados 12 estudantes. Todos eles cursaram a educação básica em escola pública, a maioria é do sexo feminino e tem idade entre 23 a 43 anos. 83% do total da amostra são solteiros, não possuem filhos, moram na casa dos pais e já exerceram alguma atividade remunerada. A renda familiar predominante é de um salário mínimo. O período de tempo que o estudante levou para ingressar na universidade foi em média de um ano. O fator determinante para a escolha dos cursos foi à análise das possíveis oportunidades de emprego. O curso de pedagogia é o mais procurado pelos participantes. Oito estudantes já pensaram em desistir de seus cursos devido a dificuldades socioeconômicas. A universidade é percebida como elitista em virtude da predominância de estudantes de classe média nos cursos mais concorridos. Os entrevistados têm como projeto futuro a intenção de cursar uma pós-graduação.

A pesquisa demonstrou que o Programa Conexões de Saberes tem contribuído para a inserção acadêmica do estudante de origem popular possibilitando a permanência na instituição através da oferta de bolsa e da inserção em atividades pedagógicas interdisciplinares realizadas em comunidades populares. Nesse sentido, cumpre ressaltar que a implementação de políticas de ações afirmativas dirigidas a estudantes caracterizados como oriundos de espaço popular no âmbito da universidade pública é um caminho possível para o estabelecimento efetivo da democratização do ensino superior brasileiro.

SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A análise do acesso e permanência na escola aponta desigualdades regionais e entre ricos e pobres que merecem atenção dos vários segmentos da sociedade. Um exemplo disso é que em 2005, a repetência na primeira série era 27,3% enquanto que na região Norte era de 46,9%. Além disso, apenas 80,8% dos alunos atingiram a quinta série do ensino fundamental, demonstrando que a universalização da educação nesse nível de ensino ainda está longe de ser atingida no Brasil (INEP, 2005).

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Segundo o Relatório de Monitoramento da Educação, em todos os indicadores educacionais brasileiros são evidentes as desigualdades sociais. A análise da proporção de alunos dos diferentes segmentos demográficos e sociais que estão na escola, cursando o nível de ensino apropriado, demonstra disparidades entre regiões e entre os mais pobres e mais ricos da população. As regiões Norte e Nordeste apresentam os piores indicadores. No ensino médio, por exemplo, encontra-se uma grande distorção – a proporção daqueles que estão no ensino médio na idade correta é três vezes maior para os que se encontram entre os 20% mais ricos. (UNESCO, 2008).

Para a efetiva inclusão dos estudantes que moram no campo, os mais pobres, os que moram nas periferias urbanas, os indígenas marginalizados, as crianças das minorias e outros grupos socialmente desfavorecidos são necessários, promover mudanças substantivas nas políticas e práticas educativas por meio da construção de conhecimentos e do diálogo entre gestores, professores, profissionais da educação, estudantes e famílias.

Nesta pesquisa investiga-se como a escola trata os alunos em situação de desvantagem e são analisados os significados atribuídos à educação por integrantes de uma comunidade escolar de uma escola pública municipal de Manaus.

Para a compreensão dos processos de construção de significados são utilizados os conceitos centrais da abordagem Sociocultural Construtivista do desenvolvimento humano, que vê os sujeitos como protagonistas de suas próprias histórias, relacionando-se com o meio de modo dialético e mediado. Entende-se que os membros da comunidade escolar devem ser protagonistas de suas escolhas e trajetórias para o enfrentamento das desigualdades apontadas.

Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal da zona leste da cidade de Manaus durante o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008. Essa escola atende alunos do ensino fundamental nos horários matutino, intermediário, vespertino e noturno. Os procedimentos de coleta de dados foram observação-participante, entrevistas individuais com equipe escolar e grupo focal com alunos.

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Os resultados indicaram que a comunidade escolar se considera responsável pela educação das crianças. No entanto, questionamos o modo como assumem esta responsabilidade no cotidiano desta escola. A maioria dos pais vai diariamente à escola para levar e buscar seus filhos, o que é visto pela comunidade escolar como algo de extrema importância. Por outro lado, percebemos que esse tipo de participação dos pais se restringe a isso ou ao comparecimento à escola respondendo às convocações da direção através de bilhetes para receberem “broncas” por conta de ações dos filhos.

Quando existem dificuldades no processo ensino-aprendizagem, a “deseestruturação familiar” é apontada com muita ênfase como fator causal, no discurso dos sujeitos da pesquisa. E em muitos casos ela é vista como a única explicação para os problemas. Essa postura de, se limitarem à busca de um responsável pelas dificuldades dos alunos na escola, esvazia o comprometimento coletivo e demonstra o quanto a escola está despreparada para lidar com a diversidade. Ou seja, os profissionais da escola ainda possuem uma visão homogeneizadora da comunidade e tem a expectativa de que a comunidade se enquadre nas decisões tomadas, sem uma participação efetiva de todos os integrantes.

A família, não é de fato convidada a participar das discussões na escola, fica estigmatizada e assume forçadamente um papel que não é somente seu. Assim observa-se que Escola e Família cada vez mais se distanciam, se acusam e deixam o aluno de lado.

O reforço escolar é visto pela comunidade escolar estudada como principal recurso para resolver as dificuldades do processo ensino-aprendizagem ou de desenvolvimento dos estudantes. Destinam algumas horas de aula extras aos alunos para realizarem o reforço escolar. Durante essas atividades observou-se que são utilizadas as mesmas estratégias e recursos presentes nas aulas regulares, ou seja, os professores são os mesmos, o lugar é o mesmo, o método é o mesmo, a única diferença é que o estudante é colocado para resolver exercícios de modo intensivo. Há também o estereótipo sobre o aluno que faz reforço, pois este é tachado como aquele que “não quer nada com os estudos” ficando sob a condição de menos importante perante a escola

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



e até a família. Afirmações como “Temos que ensinar os pais a cuidar dos filhos” ou “A gente sabe que muitos desses alunos não será coisa boa na vida, só alguns a gente vê que têm vontade de estudar”, deixam claro que há preferência ou mesmo desprezo por alguns estudantes.

A escola localiza-se num bairro popular, e a maioria dos integrantes da comunidade escolar está distante dos padrões de cidadania definidos como ideal na sociedade em que vivemos. As questões que envolvem essa relação de distanciamento entre os integrantes desta comunidade escolar são complexas e se vinculam à dinâmica do sistema educacional e ao modo como a educação é tratada nesse contexto social e político.

Apesar dessas dificuldades, a escola é procurada pelos pais para conseguirem suprir necessidades básicas relacionadas à alimentação, moradia e acesso a benefícios sócio-assistenciais. Talvez seja um dos poucos espaços da comunidade, onde os pais sentem-se cidadãos, pois em muitos momentos a escola consegue suprir tais necessidades.

Observou-se também alguns improvisos na organização administrativa. Os funcionários que ocupam cargos administrativos acabam fazendo de tudo um pouco, desde serviços gerais até dar aulas. A Direção da escola aproveita os cursos universitários que estas pessoas fazem para os colocarem para desempenhar outras tarefas. Uma funcionária que cursa pedagogia, por exemplo, faz papel de pedagoga e a que cursa química dá aula quando algum professor falta (e não é raro acontecer). Esta forma de agir é importante quando se busca de fato eliminar limitações, mas não deveria ser um recurso utilizado de forma recorrente pela escola.

A escola funciona em quatro turnos diários: matutino, intermediário, vespertino e noturno e a carga horária efetivamente cumprida em cada turno é menor do que a exigida pela legislação.

Outro ponto a destacar é a idéia de inclusão escolar, concebida de modo distorcido do proposto nos marcos legais nacional e internacional, limitando-se a extinguir a “turma especial” e transferir alunos para a “turma normal”, agregando

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



aumento do tempo de permanência na escola. Esse pequeno aumento é destinado aos alunos que praticam teatro após o horário que estudam. Essa atividade inclui somente alguns alunos, sendo que a justificativa para a não participação da maioria limita-se à “não autorização dos pais”.

Os próprios profissionais reclamam que não houve incentivos à capacitação de professores para lidarem com a diversidade. Mesmo com várias reformas, nem sequer uma rampa para acesso de cadeirantes foi construída, não há livros didáticos para alunos com deficiência visual, não há professores capacitados a trabalhar com alunos com deficiência auditiva, entre outros casos. E, além disso tudo, há profissionais que não conseguem criticar essas práticas na escola, por outro lado há os que percebem tais limitações e tentam fazer o que melhor podem.

Outro ponto a destacar é que existem atividades onde a escola e comunidade interagem durante algum momento: é o caso do programa Escola Aberta. Percebemos, no entanto, que muitas atividades são artificiais e não se discute sua importância ou os sentidos e significados que possuem. Apesar disso, essas ações produzem alguns benefícios, mas seria importante ir além da sua simples oferta para que a escola possa de fato estar integrada com a comunidade por funcionar durante os finais de semana.

Faz-se necessário criar espaços de reflexão na comunidade escolar para discussão da importância da educação escolar, construção de sentidos e significados favoráveis à promoção de autonomia da criança e para que a concepção de educação inclusiva seja trabalhada de forma que cada integrante da comunidade escolar saiba quais são seus papéis e responsabilidades a assumir.

Seria fácil olhar para a realidade desta comunidade escolar e dizer que todos estão errados e que é preciso modificar tudo que fazem, no entanto, com esta postura, nós pesquisadores estaríamos desrespeitando as peculiaridades do lugar, das pessoas e das relações, além de não contribuímos para uma construção coletiva do enfrentamento das dificuldades. Assim, entendemos que, mesmo com muitas adversidades, é possível realizar trabalhos a longo prazo que modifiquem a dinâmica adocida em muitos aspectos. Refletir coletivamente sobre a importância dos diversos segmentos desta

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



comunidade contribuiria para modificar a maneira como compreendem as dificuldades escolares dos alunos e em identificarem a complexidade das questões que perpassam o cotidiano escolar.

A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS TUKANOS

O objetivo da pesquisa foi apreender circunstâncias e condições sócio-educacionais, sócio-políticas e socioculturais que engendraram esse fluxo e a permanência desses indivíduos na cidade e as implicações desse fenômeno para a cultura e identidade desse povo.

A Amazônia foi conquistada pelo uso da força contra as populações indígenas e pela imposição da escravidão que modificou o modo de vida dos índios e dizimou muitas etnias. Os índios trabalhavam o tempo suficiente para produzir o seu sustento, o que foi interpretado pelos colonizadores como manha, indolência e preguiça. Para corrigir tal defeito os índios tinham que se purificar trabalhando muito e se submetendo a castigos. Esta visão do estilo de vida amazônico como indolente e preguiçoso perdura até hoje naqueles que julgam que os caboclos dos beiradões precisam do duro trabalho em fábricas de apertar parafusos para gerar progresso e desenvolvimento (para outros tipos de colonizadores) (Silva, 2004).

A exploração de especiarias no Amazonas, iniciada no Século XVII, a escravização dos índios e a desarticulação de sua organização social, tiveram como conseqüências o afastamento das atividades de cultivo e a morte pela fome se reflete até hoje na negação do acesso a bens e direitos essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento desses povos (Silva, 2004).

Outro aspecto que merece destaque é falta de investimento no interior que agrava os problemas sociais da população amazonense porque, grande parte desse excesso populacional se concentra na periferia da Manaus vivendo em budozais, alagadiços e invasões. Como reflexo das desigualdades sociais instaladas verificamos

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



que a violência contra as comunidades indígenas e caboclas perdura até hoje através de políticas públicas compensatórias que perpetuam o subemprego, a fome e a exploração, tanto humana quanto das riquezas naturais.

Esse contexto histórico teve e tem reflexos sobre o acesso à educação pelos povos indígenas. É nesse contexto que discute-se a luta do povo Tukano do Alto Rio Negro pelo direito à educação.

Em termos geopolíticos, esta região localizada no noroeste do AM apresenta uma divisão que tem como base os principais rios, cujos cursos correspondem a locais habitados milenarmente por determinado grupo étnico. Desse modo, nos rios Tiquié e Uaupés, reúnem-se os grupos de língua tukano oriental e na região do alto Tiquié, os grupos do povo Hupdäh; no rio Papuri localizam-se as comunidades do povo Tariano; no rio Içana, o povo Baniwa; no rio Xié, os Warekena; e no rio Negro, os grupos Baré.

Os índios que vivem às margens do Rio Uaupés e seus afluentes integram 17 etnias. Esses grupos indígenas falam línguas da família Tukano Oriental e participam de uma ampla rede de trocas, que incluem casamentos, rituais e comércio, compondo um conjunto sócio-cultural definido, comumente chamado de “sistema social do Uaupés/Pira-Paraná. A família lingüística Tukano Oriental engloba pelo menos 16 línguas, dentre as quais, o Tukano propriamente dito é a que possui maior número de falantes. Ela é usada não só pelos Tukano, mas também por outros grupos do Uaupés brasileiro (Maku, Siona, Secoya, Kotiria, Kubeo, Pira-tapuya, Tuyuka, Bará, Desana) e em seus afluentes Tiquié e Papuri (Colombia, Equador). Estima-se que cerca de 20 mil pessoas falem o Tukano (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2009).

Um dos principais núcleos de povoamento do Rio Uaupés no Brasil é o Iaraueté, que é sede de um distrito do município de São Gabriel. Iaraueté, além de ser um centro de ocupação tradicional dos Tariana, abriga também uma missão dos salesianos e um pelotão de fronteira do exército. Existem ainda outras duas missões salesianas na bacia do Uaupés, uma em Taracuí e outra no Alto Tiquié, chamada Pari-Cachoeira. Também

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



há um destacamento do Exército na confluência do Querari com o Uaupés e outro em Pari-Cachoeira.

Segundo Weigel (2006), a história de contato dos povos do Uaupés com os não indígenas é muita antiga, bem anterior ao grande auge da borracha na virada do século XX, remetendo às incursões maciças dos portugueses em busca de escravos na primeira metade do século XVIII. Embora o impacto desses raptos e o contato traumático e duradouro com os seringalistas, esses comerciantes estavam mais interessados nos corpos dos índios do que nas suas almas; em termos religiosos, e talvez em termos sociais também, foram os missionários que provocaram as maiores transformações.

Weigel (2006) relata que a penetração efetiva dos missionários começou ao final do século XIX, com a chegada dos Franciscanos. Estes, e os Salesianos modificaram os modos de vida dos Tukano e queimaram suas malocas dos índios, destruíram os seus ornamentos de penas, quebraram seus recipientes de caxiri e perseguiram os pajés. As moradias também foram modificadas para “vilas com casas rigidamente ordenadas, uma para cada família, e removendo à força seus filhos para serem educados nas escolas ou internatos” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2009).

Sob o regime estrito dos internatos, as crianças foram ensinadas a rejeitar os valores e os modos de vida das suas comunidades além de serem proibidas de falar as línguas que lhes conferiam identidades múltiplas e interligadas. Em determinadas ocasiões, os missionários foram rechaçados mas também foram bem recebidos como defensores dos índios e como provedores da educação que as crianças indígenas precisariam para se sair bem nas novas circunstâncias. A partir de 1920, os Salesianos estabeleceram uma cadeia de missões pela região no lado brasileiro da fronteira, alcançando o alto Tiquié no começo dos anos 40 e destruindo a última maloca nos anos 60.

Um significativo número de crianças e jovens indígenas do Alto Rio Negro foram retiradas, sistematicamente, de suas comunidades, para estudar na cidade de

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Manaus e um significativo contingente nunca retornou para as comunidades conforme aponta Weigel (2006):

... lembro de meninos que o padre levou para o seminário e de crianças que foram levadas por freiras e militares, para trabalharem na cidade. Essas crianças ficaram por lá e nunca mais voltaram para suas comunidades. Só me lembro de um ou dois casos de filhas que se lembraram de suas mães e de suas famílias e deram notícias. Mas a maioria das mães por aqui não sabe onde estão suas filhas que foram trabalhar na cidade (mulher tukano, 50 anos, comunidade Maracajá/ rio Tiquié).

... alguns meninos que foram pro seminário [estudar] pra ser padre. Os padres chegaram por aqui, criaram os colégios e todas as crianças foram estudar nos colégios salesianos. Mas lembro de algumas moças que as freiras levaram [daqui] para trabalhar nos colégios em Manaus (homem tukano, 63 anos, comunidade Pari-Cachoeira/ rio Tiquié).

O fluxo de crianças saindo das aldeias em direção à cidade ainda é um evento importante até hoje. Destaca-se a importância de produção de conhecimentos sobre esta questão, no que diz respeito ao conhecimento sobre processos de vida dos povos indígenas e para o estabelecimento de novas bases nas relações de educadores com jovens indígenas residentes em Manaus, ampliando possibilidades de se estabelecerem condições pedagógicas mais profícuas para a educação desses jovens.

Os resultados apontam que esses deslocamentos não são apenas escolhas individuais, fazem parte da dinâmica do contato entre as sociedades. Apesar das ameaças que o ambiente urbano apresenta para o indígena, é nela que muitas vezes lhe é possibilitado o acesso a bens culturais, entre eles, o acesso à educação escolar e a serviços de saúde.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam subsidiar a elaboração de materiais didáticos destinados a mediar informação e formação no âmbito das escolas indígenas e de escolas urbanas em que estudam os jovens indígenas, bem como, nas aldeias, subsidiar a reflexão e a discussão entre os membros das comunidades indígenas que vivem esse processo da vinda de suas crianças e jovens para os centros urbanos.

Entendemos a *educação* como uma prática social ampla e básica na construção da cultura, da sociedade, da realidade, na medida em que, no âmbito do simbólico, a

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



educação participa do movimento dialético de transmissão/criação/recriação de conhecimentos e representações que operam na organização do real. E nesse sentido é preciso considerar a necessidade de garantir o acesso à escola respeitando a autonomia e as práticas culturais do povo Tukano para não continuarmos reproduzindo processos de exclusão e violências contra os povos indígenas práticos desde a colonização até hoje.

DISCUSSÃO

Em todos os contextos estudados observamos a importância atribuída à educação por todos os segmentos que participaram das pesquisas.

A educação é um mecanismo cultural de desenvolvimento relevante para a constituição do sujeito, sua principal função é oportunizar recursos para o acesso a saberes e a construção dos mesmos. A educação popular concebe o homem por suas possibilidades, cuja formação almejada é a de um ser ético, autônomo, criativo e crítico. Implica a superação de uma visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno, já que o compreende na sua diferença, enquanto indivíduo que possui historicidade (Freire, 1992; Giovanetti, 2006). Desse modo, Rigal (2000) aponta que pretender um ensino crítico, democrático e de qualidade exige inexoravelmente imaginá-lo em uma sociedade mais igualitária e justa.

No entanto, a partir dos processos de massificação pelos quais a escola vem sendo envolvida, faz-se necessário intervir para a criação de ambientes que diminuam a diferença. Conforme afirma Henriques (2002), “as modificações estruturais no interior da escola remontam à possibilidade de quebra de mecanismos de reprodução das atitudes e discursos racistas e às redefinições do exercício democrático e do controle social no interior da escola” (p. 94).

Processos sócio-históricos provocaram desigualdades mas, apesar delas a população tem a possibilidade de resistir e de se tornar autônoma e de ampliar o exercício da cidadania. As escolas amazônicas devem proporcionar aos seus alunos

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



espaços para a troca de saberes. Um espaço onde se possa oportunizar aos discentes um desenvolvimento a partir das suas diversas experiências. Como afirma Paulo Freire “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 1996, p. 30).

Acredita-se, dessa forma, que as populações minoritárias no contexto escolar podem desenvolver autonomia e ampliar o exercício da cidadania. Deve ser fomentados recursos que os auxiliem a participar ativamente das atividades e discussões no ambiente escolar. Candau (2000) em pesquisas sobre escola e cultura afirma que:

a escola está chamada a ser, nos próximos anos, mais do que um locus de apropriação do conhecimento socialmente relevante, o científico, um espaço de diálogo entre diferentes saberes – científico, social, escolar, etc. – e linguagens. (...) Devem enfatizadas a dinamicidade, a flexibilidade, a diversificação, as diferentes leituras de um mesmo fenômeno, as diversas formas de expressão, o debate e a construção de uma perspectiva crítica plural. (p.14)

O contexto amazônico, repleto de grupos populacionais excluídos da possibilidade de escolarização carece de investimentos nessa área para superar as inúmeras desigualdades sociais. Partindo do princípio que a educação é um direito de todos, esforços devem ser feitos para que cada vez mais a escola possa não só receber a criança dentro de uma proposta inclusiva, mas que possam desenvolver o ensino de forma que as crianças permaneçam na escola e sobretudo que sejam respeitadas em suas diversidades étnicas, culturais, econômicas e que todos tenham direito a fala no espaço escolar.

Referências Bibliográficas

BELLONI, Isaura. (1992). *Função da Universidade: nota para reflexão*. Universidade e Educação. São Paulo: Papirus.

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



CANDAU, Vera Maria. (2000). (org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis, R.J: Vozes.

FREIRE, Paulo. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. (2006). A formação de educadores de EJA: o legado da Educação Popular. In: Soares, Leôncio; Giovanetti, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

GOMES, Nilma Lino. (2006). Programa Ações Afirmativas na UFMG: uma proposta corajosa. In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves. *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

HENRIQUES, Ricardo. (2002). *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO.

INEP. (2009). *Estatísticas educacionais*. Disponível em www.inep.gov.br Acesso em 21 de janeiro de 2009.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL. (2009). *Povo Tukano*. Disponível em www.socioambiental.org.br Acesso em 20 de janeiro de 2009.

MOEHLECKE, S. (2002). Ação afirmativa: história e debate no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p.197-217, nov., 2002.

RIGAL, Luis. (2000). A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI. In: IMBERNÓN, Francisco (Org.). *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. 2 ed. Porto Alegre, Artmed.

SILVA, I. R. (2004). *Concepções de atuação profissional do psicólogo escolar na rede municipal de ensino de Manaus*. Tese de doutorado em psicologia. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia.

IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
6 a 8 de julho de 2009
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



SOUZA E SILVA, Jailson. (2003). *“Por que uns e não outros?”*: caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 Letras.

UNESCO. (2008). *Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?* Brasília : UNESCO.

WEIGEL, V. A. C. M. (Coord.) (2006). *Processos socioculturais na Amazônia: levantamento documental sobre os povos indígenas do noroeste amazônico*. Relatório de Pesquisa, mimeo.